

SUMÁRIO

EDITORIAL	33
-----------	----

AUTORES CONVIDADOS

O NOVO IMPOSTO SELETIVO E A ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO: O QUE TRIBUTAR E COMO?	39
---	----

Cristiano Carvalho

Gabriela Cabral Pires

MITOS E REFORMA: ENTRE A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E A INDETERMINAÇÃO	63
--	----

Gabriel Almeida Viana

A NÃO CUMULATIVIDADE NA REFORMA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PLP 68/2024 À LUZ DOS ENSINAMENTOS DO PROFESSOR ALCIDES JORGE COSTA	91
--	----

Kelzer Schneider Hernandez

NEUTRALIDADE E NÃO CUMULATIVIDADE NO IBS E NA CBS	123
---	-----

Maceno Lisboa da Silva

MEDIAÇÃO: POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	151
--	-----

Maria Helena Tavares de Pinho Tinoco Soares

ARTIGOS

REFLEXÕES SOBRE O CONTENCIOSO JUDICIAL DO IBS E DA CBS	169
--	-----

Ana Carolina Ali Garcia

Alexandre Aboud

O CRITÉRIO MATERIAL DO IBS E DA CBS E OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA <i>Antonio Carlos de Souza Jr.</i>	201
PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE TRIBUTÁRIA E TECNOLOGIA: FORTALECENDO O COMPLIANCE E REDUZINDO LITÍGIOS <i>Antonio Lopo Martinez</i>	217
ESTAMOS DIANTE DE IMUNIDADES PARCIAIS? A NATUREZA JURÍDICA DOS REGIMES DIFERENCIADOS PREVISTOS NA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 132/2023 <i>Bruno Augusto Françaes Guimarães</i> <i>Rubem Rodrigues Soares Neto</i>	237
A IMPRESSÃO 3D E O CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE UNIÃO FEDERAL (IPI) E MUNICÍPIOS (ISS) <i>Bruno Nogueira Rebouças</i> <i>Eduardo Soares de Melo</i>	261
INCENTIVOS FISCAIS NA IMPORTAÇÃO DE BENS ESTRANGEIROS NA ZONA FRANCA DE MANAUS <i>Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho</i>	293
PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO <i>Eduardo Radies Adames</i> <i>Carlos Henrique Machado</i>	313
PARECER: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) N. 7.720 <i>Fabio Brun Goldschmidt</i>	339
ANÁLISE SOBRE A INCIDÊNCIA DO ISS OU ICMS NA INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA <i>José Alves Fogaça Neto</i> <i>Marcelo Henrique Nossa</i>	373

A NATUREZA CONTROVERSA DO FUNDO DE INVESTIMENTO E SUA RELAÇÃO COM A TRIBUTAÇÃO <i>Lina Braga Santin Cooke</i> <i>Guilherme Fernandes Cooke</i>	399
DA NATUREZA DE COMPENSAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL E BASE DE CÁLCULO NEGATIVA NOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS <i>Luciano Gonçalves Faria Júnior</i>	419
TEMA STJ N. 1.237: OS JUROS, CALCULADOS PELA TAXA SELIC, RECEBIDOS EM FACE DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO, COMPÕEM, DE FATO, A BASE DO PIS/COFINS? <i>Marcos Aurélio Pereira Valadão</i> <i>Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy</i> <i>Phillip Handow Krauspenhar</i>	433
OS EXCESSOS NA ZONA FRANCA DE MANAUS PARA ALÉM DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS <i>Marília Cavagni</i> <i>Tatiana Junger</i> <i>José Guilherme Costa</i>	457
O USO EXCESSIVO DAS SANÇÕES PARA GARANTIA DA CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA NO BRASIL <i>Osvaldo Santos de Carvalho</i> <i>Carolina Botosso</i>	477
OS RENDIMENTOS DE ARTISTAS E DESPORTISTAS NOS ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO <i>Ramon Tomazela Santos</i>	499
TRIBUTOS VERDES: NORMAS TRIBUTÁRIAS INDUTORAS DE COMPORTAMENTO AMBIENTAL <i>Vinicius Vicentin Caccavali</i> <i>Edison Carlos Fernandes</i>	519
REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA APET	537